

## **INSTALAÇÃO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA (PERÍODO DE 02/02/2012 A 24/12/2012)**

Às 16 horas do dia 2 de fevereiro de 2012, reuniu-se o Congresso Nacional, em Sessão Solene, destinada a, nos termos do art. 57 da Constituição Federal, inaugurar a Segunda Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, sob a Presidência do Senador José Sarney.

Compuseram a Mesa, além do Exmo. Sr. Senador José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional; o Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia; o Exmo. Sr. Ministro Ricardo Lewandowski, representando o Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso; a Exma. Srª Ministra de Estado, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann, Senadora; a 1ª Vice-Presidente, Deputada Rose de Freitas; o 2º Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka; o 1º Secretário, Deputado Eduardo Gomes; o 2º Secretário, Senador João Ribeiro; e o 3º Secretário, Deputado Inocêncio Oliveira.

Aberta a sessão e instalados os trabalhos, foi executado o Hino Nacional pela Banda de Fuzileiros Navais. A seguir o Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador José Sarney, convidou a Exma. Srª. Gleisi Hoffman, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Senadora, para fazer a entrega da Mensagem do Poder Executivo, que foi lida pelo Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Eduardo Gomes. Em seguida, o Sr. Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador José Sarney, recebeu, por intermédio do Sr. Ministro Ricardo Lewandowski, a Mensagem do Poder Judiciário. O Presidente José Sarney registra a presença dos Ministros Mendes Ribeiro, Garibaldi Alves Filho e Ideli Salvatti; da Governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini; do General Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; do Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Prado Maia de Faria, Chefe do Estado-Maior da Armada; do Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Aprígio Eduardo de Moura Azevedo, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; e do Sr. D. Lorenzo Baldisseri, Núncio Apostólico.

Usaram da palavra o Sr. Ministro Ricardo Lewandowski, em nome do Supremo Tribunal Federal, e o Deputado Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados. Em seguida, usou a palavra o Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney:

“O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB-AP) - Para concluir nossos trabalhos, cabe-me dizer algumas palavras no encerramento desta sessão. Lembro o Padre Vieira, ao pedir desculpas por ‘não ter tempo de ser breve’.

Quero saudar os componentes da Mesa, já por mim nominados, agradecendo também a presença aos Ministros Mendes Ribeiro, Garibaldi Alves Filho e Ideli Salvatti; à Governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini; ao General Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; ao Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Prado Maia de Faria, Chefe do Estado-Maior da Armada; ao Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Aprígio Eduardo de Moura Azevedo, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; ao Exmo. Sr. D. Lorenzo Baldisseri, Núncio Apostólico; aos Exmos. Srs. Membros do Corpo Diplomático; aos Srs. Congressistas e às senhoras e aos senhores. Cabe-me declarar instalados os trabalhos deste ano legislativo.

O Parlamento é, dos três Poderes, o mais próximo do povo, que nele se faz ouvir, podendo colaborar na elaboração das leis, protestar e aplaudir, e onde, em última instância, se manifesta por seus representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Mais uma vez, na rotina anual desta prática institucional, apresento meus cumprimentos a Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, com os meus votos para que tenham, nesta Sessão, grande êxito no seu trabalho, felicidades pessoais e contribuam para o desenvolvimento do nosso País.

Churchill dizia que a democracia é muito ruim, mas infelizmente não temos nada melhor. Esta é uma invenção que veio da antiguidade, e foi retomada lentamente na Inglaterra, no trajeto da carta do Rei João em 1215 à Revolução Gloriosa de

1689, com a primeira Declaração de Direitos, *Bill of Rights*, e depois tomou o caminho da universalidade com a Revolução Americana e sua Constituição de 1787, e com a Revolução Francesa de 1789.

Desde 1823 temos um Parlamento representando o povo, lutando pelas liberdades civis. O Brasil, como País, foi construído dentro do Parlamento, obra de engenharia do poder político. O Poder Executivo sofreu golpes e mudanças de regime, mas continuou sua tarefa sem interrupções. O Poder Legislativo, não. Foi o único que, durante nossa história, foi fechado e dissolvido em 1823, 1889, 1891, 1930, 1937, 1968 e 1977. Podemos dizer que esses foram os momentos mais sombrios da democracia em nosso País. Mas nunca deixamos apagar a chama do funcionamento do Parlamento como condição fundamental da democracia.

Já disse aqui que, mesmo quando o Congresso foi suspenso, invadido, teve presos e cassados muitos de seus membros, nunca faltou um grupo de homens que dentro de nossas Casas não ficasse falando, conspirando ou lutando pela sua abertura, pela sua existência, sabendo que a sobrevivência do Parlamento era a sobrevivência da nossa própria Nação. Com a consciência democrática e a inteligência de nossos antecessores, sustentamos o País que nascia em nossas mãos, e construímos uma Nação poderosa e um Estado democrático.

Repito o que, aqui, tenho afirmado muitas vezes:

‘Sem Parlamento não há democracia, sem democracia não há liberdade, e sem liberdade o homem é apenas um sobrevivente. A força da democracia mede-se pela força de seu Parlamento.’

E para ser forte o Parlamento tem que ser independente. A harmonia não se confunde com a submissão.

Vivemos o mais amplo espaço de plenitude democrática, num constante fortalecimento institucional, num regime estável, sempre avançando na direção de uma democracia social. A Constituição de 1988, com suas qualidades e seus defeitos, que nos levam sempre a estar aqui a reformá-la e obedecê-la, tem se revelado capaz de garantir o progresso e a lenta mas contínua transformação no sentido de alcançar seus princípios fundamentais, o mais importante deles a redução das desigualdades, tanto regionais quanto pessoais, na diminuição da pobreza com acelerada distribuição de renda.

Presidindo esta cerimônia pela oitava e última vez, quero repetir o que disse quando abri a Sessão Legislativa de 1995:

‘Nosso trabalho exige a sedimentação de uma profunda consciência moral de nossas responsabilidades, a obstinada decisão de não cometer erros, de jamais aceitar qualquer arranhão nos procedimentos éticos que devem nortear nossa conduta. Transparência, moralidade, eficiência, trabalho.’

Aqui estou desde 1955, testemunha privilegiada da História, muitas vezes como assistente, outras vezes como participante e algumas como protagonista.

Três vezes Deputado, cinco vezes Senador, Governador, Vice-Presidente e Presidente da República. Sendo uma das mais longas vidas públicas do País, vivi e envelheci servindo a suas instituições e procurando melhorar a vida de nosso povo, que em muitas conquistas tem a marca da minha participação, do meu trabalho. Quantos envelheceram no serviço da pátria, mostrando que a paixão da política é mais forte que a paixão pela vida.

Os grandes países têm como patrimônio os seus velhos políticos, objeto de respeito, homens de Estado que merecem reconhecimento nacional.

Contudo devemos reconhecer, nós, que vivemos na política, que ela é cruel, porque lida, como dizia Valéry, um poeta e não um político, com a injustiça e a ingratidão.

Mas é um sacerdócio e um martírio que só sentem os bons políticos. Os maus a consideram uma festa e meio de obter benesses e dividendos.

Sempre escolhi a conciliação em oposição ao dissenso. E sempre acendi uma vela, como dizia Lincoln, em vez de amaldiçoar a escuridão.

‘Nunca cravei, por meu desejo, espinho algum no peito de ninguém.’

Aprendi pela vivência o quanto as potencialidades do Parlamento servem ao povo. A essência do Parlamento, sua construção, foi a maior obra política na busca do autogoverno.

Aprendi a admirar e viver o Parlamento, com seu poder de harmonizar conflitos, construir soluções, ensinar o diálogo, administrar controvérsias e participar do poder criativo da instituição. Conjurar crises e resistir a desastres.

Temos defeitos, e muitos, porque somos um corte da sociedade. E a sociedade democrática tem sua vida na diversidade, onde não se pode *a priori* condenar uns à salvação e outros à perdição.

O Congresso é maior do que a soma de todos nós aqui reunidos, porque é a maior instituição descoberta pelo homem para o funcionamento do regime democrático. Os parlamentos perderam aquele charme romântico que os acompanhou durante todo o século XIX e a primeira metade do século XX. Eram o centro das decisões e elas podiam vir pela eloquência. Era o tempo em que os plenários podiam ser tocados pela palavra, pelo delírio e pelo encantamento dos oradores.

Infelizmente, ainda somos tentados pela visão do parlamento do discurso, apenas uma das formas de fiscalização, e passamos essa imagem à sociedade, que vincula o Congresso ao plenário.

Mas, o Congresso é muito mais.

É fiscalização, é acompanhamento, é controle do Poder Executivo e é o único lugar onde o povo, repito, qualquer segmento social pode questionar governos, pessoas, fatos e apontar defeitos e erros do próprio Parlamento.

Senhoras e Senhores Congressistas, o conflito está na essência da política, mas nossas deliberações são fruto de um debate público, e são votadas segundo ritos que asseguram o direito das minorias. Um parlamento democrático é governo e oposição, esta tão necessária ao processo e ao governo. Os conflitos e divergências, os interesses em causa, são objeto de exame, discussão, convencimento e solução sempre sob a regência das normas constitucionais que asseguram a prevalência da maioria, mas — como dizem os franceses — com *l'esprit de minorité*, isto é, com a participação das minorias, nunca pelo esmagamento ou abandono de sua voz.

O Congresso Nacional retrata os diferentes segmentos e interesses da sociedade, não é uma corte de sábios ou santos. Esforçamo-nos, nas tentativas de reforma política, para aperfeiçoar a representatividade, que sofre o fogo da concorrência de novos interlocutores da sociedade democrática. Muitas vezes a opinião pública, através dos seus canais de expressão, nos submete a julgamentos que priorizam e ampliam a visão dos problemas da instituição e não a sua importância para a Nação. É um fenômeno mundial, denominado de “crise da democracia representativa”.

Temos que avançar na reforma política, e não posso deixar de insistir no problema mais grave do processo legislativo, que é a interferência das medidas provisórias. Com elas nossa iniciativa legislativa e nosso próprio tempo de trabalho ficam comprometidos. Elas continuam a ser uma armadilha no aprofundamento da democracia, pela sua amplitude, pelo tempo exíguo para serem analisadas, sendo uma porta aberta à baixa qualidade das nossas leis e à invasão de dispositivos casuísticos e inoportunos.

Elas estão inseridas no hibridismo parlamentarista e presidencialista de nossos constituintes de 1988, que recolhendo para o Congresso algumas atribuições menores do Executivo, entregaram a este a função, a única que justifica nossa existência: a tarefa de legislar.

É fato incontestável que o mundo moderno, na velocidade com que as coisas acontecem, principalmente no âmbito econômico-financeiro, exige respostas imediatas, sem as quais é impossível governar.

É necessário construir-se, portanto, uma solução que devolva ao Executivo as pequenas atribuições que agregamos e que nada têm a ver conosco, mas dizem respeito à rotina do Poder Executivo, para que, ao mesmo tempo, venhamos a retomar a amplitude dos assuntos exclusivos da competência do Poder Legislativo.

Sei que esta tarefa não é fácil. Eu mesmo tenho tido ao longo do tempo muita frustração em tentativas de resolver o assunto — não de agora, mas de muitos governos.

Mas a reforma da representatividade é a mais essencial a ser enfrentada. Espero que este debate permaneça vivo neste ano, para que o Congresso possa avançar na sua decisão. Com os novos processos de reivindicação via internet, das mídias sociais, podemos vislumbrar um futuro não muito distante em que voltaremos a uma democracia direta, como no mundo grego, com a participação de todo o povo, de todos os cidadãos, na confecção das leis e, pela chegada — que também me parece inevitável — do parlamentarismo, no próprio Poder Executivo. Mas enquanto não chegam esses sonhos de futuro, temos que pensar no presente, e termos a consciência de que a única maneira de resguardarmos o prestígio e a legitimidade de nossa instituição é a reforma do sistema eleitoral e partidário.

O voto proporcional uninominal, tenho insistido, esgotou-se e há muito devia ter sido eliminado de nosso sistema político. É preciso que cheguemos a um modelo em que o eleitor se sinta vinculado ao eleito — e este, naturalmente, conheça e respeite seu eleitor —, em que as forças econômicas e corporativas tenham sua influência reduzida, em que os partidos possam se consolidar com a prática da democracia interna e tenham princípios programáticos, reduzindo-se o seu número para que se formem maiorias estáveis e politicamente coesas.

Nenhum sistema que não tenha como objetivo maior a justiça social é democrático. Saímos no século XIX ao final do século XX, de uma democracia exclusivamente voltada aos direitos individuais para chegarmos, como chegamos hoje, a uma democracia dos direitos sociais. Chegamos ao *Welfare State*, o Estado do Bem-Estar Social. Sabemos que este só é possível com o desenvolvimento econômico. Mas assistimos, como remédio errado contra a crise atual, depois da vitória do capitalismo sobre o comunismo, à tentativa que em muitos países e continentes se faz da demolição das conquistas sociais em nome de um liberalismo econômico, numa inversão perigosa de valores.

As medidas sociais — com destaque para educação, saúde, segurança — têm recebido ativa participação do Congresso Nacional, autor de aperfeiçoamentos na legislação importantes para o trabalho do Executivo e da nossa sociedade. Temos contribuído também com o Poder Judiciário, inclusive com a revisão de alguns de nossos códigos fundamentais. Agora, trabalhamos juntos no Pacto Republicano e uma das primeiras tarefas que estão em nossa pauta, neste ano, é criar uma comissão de experts para estudar as relações da Federação, que estão cada vez mais esgarçadas. Federação e República andam juntas e precisamos refundar essa visão.

Mais uma vez renovo o convite a todos para um árduo trabalho. Nossas realizações, as realizações do Congresso, não se medem em metros quadrados mas na consolidação da paz e da tranquilidade social.

Nos corredores do Congresso passam diariamente dezenas de milhares de pessoas. Mas um número muito maior assiste diariamente às nossas sessões plenárias, às reuniões de nossas comissões, às nossas audiências públicas e acompanha as ações de cada Parlamentar, o trabalho legislativo e mesmo o trabalho administrativo de cada Casa.

O Congresso Nacional — posso dizer pelo testemunho de longos anos e pelo estudo de sua história — jamais faltou ao Brasil, nunca obstruiu as tarefas do Executivo e do Judiciário. Cumprimos nosso dever para com o País.

Desde que assumi a Presidência da República, quando a tragédia impediu a posse de Tancredo Neves, o Brasil vive seu maior período de liberdades democráticas, à sombra da Constituição e das leis.

Com a realização de sucessivas eleições, sempre respeitado o calendário eleitoral, completamos agora 25 anos da instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Construímos uma nova Constituição. Na República, é o mais longo período de estabilidade democrática. Do ponto de vista sociológico, todas as classes estiveram representadas no poder, culminando com a presença de um operário na Presidência da República — Luís Inácio Lula da Silva —, e chegou o momento de uma mudança de gênero, com uma mulher a comandar o País. A Presidente Dilma Rousseff governa um país com estabilidade monetária, crescimento econômico e social, e uma visão política e administrativa que a faz credora do respeito do povo brasileiro.

O mundo, que começava a sair de uma das maiores crises de sua história, provocada pela visão equivocada de que o liberalismo econômico devia ser levado ao seu limite, voltou a mergulhar em águas de difícil travessia. Em 2011 o governo teve que adotar medidas de cautela para assegurar o crescimento sem riscos, ou com redução dos riscos. Até o momento temos escapado da nova onda da crise, que atinge principalmente a Europa e os Estados Unidos. E temos condições estruturais, com as medidas tomadas pela Presidente Dilma, de acelerar o nosso crescimento e nossa busca pela igualdade social.

Assim, examinando a nossa história, a história do Parlamento e a história do Brasil, pode-se ver, ao longo de todos os acontecimentos, o quanto realizamos, o quanto seguimos no caminho certo e o quanto constituímos, hoje, uma democracia exemplar em todo o mundo.

Presto minha homenagem ao Poder Judiciário, na figura do Ministro Ricardo Lewandowski, que representa o Presidente do Supremo Tribunal Federal. É o Ministro Lewandowski, que muito nos honra com sua presença, uma das maiores expressões da magistratura brasileira, com sua cultura jurídica, sua dedicação à Justiça, sempre realizando um trabalho extraordinário, com competência, respeitabilidade e dignidade. A ele nosso agradecimento pela presença e nossa homenagem, que estendo a toda a magistratura brasileira, procuradores e advogados.

Quero dizer ao Ministro Ricardo Lewandowski que nossa colaboração, na harmonia entre os Poderes, continuará sendo sempre no sentido de consolidação das instituições.

Dirijo-me também à Ministra Gleisi Hoffmann — que tanto ajuda o governo exercendo com grande eficiência seu trabalho e que se afirmou com tanto brilho no Senado —, que representa a Presidente da República nesta solenidade. Por seu intermédio, presto minha homenagem à Presidente Dilma Rousseff, cujos índices de aprovação, ao completar o seu primeiro ano de governo, demonstram a qualidade e a importância do trabalho por ela realizado. Reafirmo a nossa permanente disposição de colaborar com o Poder Executivo na superação de todas as dificuldades que o País possa encontrar.

Quero, com o meu testemunho, exaltar e agradecer ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Marco Maia, pelo desempenho, por sua eficiência e pelo brilhantismo com que tem conduzido a perfeita sintonia e parceria entre nossas Casas, graças ao seu espírito público e a sua experiência política.

Poucas vezes, na História de nossas instituições, tivemos um período de tanta união e conjugação de esforços e deveres, para o excelente funcionamento do Poder Legislativo, nas exemplares relações entre Câmara e Senado.

Finalizo, pedindo desculpas por não ter tido tempo de ser tão breve, agradecendo a todas as autoridades aqui presentes, às Senhoras Deputadas e aos Senhores Deputados, às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores, desejando a todos muitas felicidades e grande êxito e grande trabalho neste ano que se inicia.

Muito obrigado.

Tendo sido o objetivo da sessão alcançado, eu a declaro encerrada.”

*A sessão encerrou-se às 17 horas e 33 minutos.*